

Título: **A Memória Social para o futuro: História, alteridade e cidadania**[*]

Autor(es): **Judite Gonçalves de Freitas**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. N.º5, (Dezembro 2008). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

Resumo

O ensaio aqui apresentado procede a uma concisa reflexão sobre o papel social da História na actualidade. Na primeira parte do nosso trabalho ao perspectivarmos o conceito de «literacia histórica» procurámos estabelecer uma relação entre a história, enquanto área do saber passível de proporcionar o conhecimento de experiências de vida em contextos sociais diversos, a alteridade e a cidadania (atitude social). Na segunda parte procedemos a uma problematização do conceito de «Idade Média», tendo por base um conspecto das actuais linhas de investigação e de produção historiográfica medieval, procurando evidenciar a pertinência do conhecimento da Idade Média na compreensão das múltiplas dimensões da hodierna sociedade.

De saber de excelência do homem erudito no século XIX, o conhecimento histórico, passou no período pós-estruturalista e *post*-moderno a ser visto como contraditório e carregado de subjectividade. O optimismo com que importantes pensadores encararam no passado o interesse pelo incremento do conhecimento histórico na formação do indivíduo[1] converteu-se de finais dos anos 70 do século XX até à actualidade, num pessimismo e radicalismo niilista, de modo que actualmente são colocados em dúvida a legitimidade da história na formação cultural do indivíduo e o próprio valor e utilidade do saber histórico[2].

O V seminário do Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL em boa hora trouxe à discussão e reflexão da comunidade historiográfica nacional e internacional o problema do uso do conhecimento histórico, designadamente do passado medieval ao longo dos tempos, ou seja das representações sociais e das manipulações ideológicas dessa representação (memória oficial [3]), quer quanto à ideia de identidade nacional inicialmente explanada por Patrick Geary e pelo painel subordinado ao tema “*Usos do passado medieval na construção da História e da identidade da Nação (sécs. XIX-XX)*”[4], quer quanto à percepção de que esse paradigma cultural remete para uma abordagem das etapas histórico-científicas[5] e para os principais problemas e tendências historiográficas da Idade Média europeia. Por conseguinte, o referido encontro trouxe à discussão a questão dos limites dos usos políticos da história e a politização do ofício de historiador, e neste sentido estabelece uma relação entre história e cidadania, haja em vista a sua utilização ao serviço de interesses políticos e ideológicos.

Este ensaio pronuncia-se pela sua intenção reflexiva e de carácter pessoal, procurando ser apenas mais uma acha para alimentar o lume do tema proposto a debate.

Na primeira parte da nossa comunicação abordaremos as questões relacionadas com o conceito actual de educação e *literacia histórica* como contribuição para a construção da cidadania social, assente em relações alteritárias.

Na segunda parte da nossa exposição dedicar-nos-emos a duas questões-chave que, em nosso entender, demonstram a importância do conhecimento histórico, e da História da Idade Média em particular, numa época em que a descrença no valor da história enquanto conhecimento, e a rejeição do passado medieval da Europa, enquanto área do saber consolidado tende a predominar junto de alguns sectores da comunidade académica e científica[6]. Assim, consideramos fundamental orientar este ensaio para a abordagem de duas ideias principais se tivermos em conta as evoluções mais recentes da historiografia medieval europeia:

1ª) A percepção de que o conceito de «Idade Média» é um conceito em mudança na medievística europeia e ocidental. A actual concepção de Idade Média não cabe no enclave que os homens do Renascimento e os liberais de Oitocentos e Novecentos procuraram arrumá-la.

2ª A questão dos temas e problemas com raízes medievais cujo horizonte temporal de desenvolvimento ultrapassa os limites cronológicos convencionalmente atribuídos à Idade Média (séculos V-XV).

I Parte – Consciência histórica e formação cultural

“History is much more than only a matter of historical studies. It is an essential cultural factor in everybody’s life, science human life needs an orientation in the course of the time, which has to be brought about by remembering the past. Historical studies are a systematic way of performing this function of orientation.”[7]

O historiador da cultura Jörn Rüsen defende a ideia de que é fundamental ao homem comum aprender a reflectir historicamente. Rüsen justifica a necessidade de desenvolvimento da consciência histórica [8] como uma aptidão, uma competência, como hoje se designa, para a vida em sociedade. O homem comum, sujeito de acção, ao estabelecer relações num qualquer contexto social necessita de um fio condutor para a sua actuação que lhe é concedido pela memória do passado. A História desempenha uma função essencial na orientação da vida humana. Nas suas palavras *”History is a process of reflecting the time order of human life”*[9].

De outro lado, para Jonathan Gorman, professor de filosofia e ética, a história desempenha uma componente essencial ao exercício da cidadania, onde os conhecimentos factuais e os juízos de valor são indispensáveis. Existe uma responsabilidade social e moral que deve ser imputada à história e aos historiadores[10]. Os historiadores detêm uma obrigação essencial: a de fornecer a verdade ‘objectiva’ dos factos. Por conseguinte, o conhecimento histórico é central na obtenção da verdade, sobretudo na sociedade democrática e pluralista em que todos têm direito a um conhecimento objectivo do processo histórico no qual vivem. Neste sentido, estes pensadores da história rejeitam o moralismo *post-moderno* que, *a priori*, libertava os historiadores das dúvidas éticas ou morais. Para eles a responsabilidade social e moral do conhecimento histórico é assegurada pela reconstrução racional - métodos de leitura adequados com uma grelha conceptual ajustada ao tempo e objecto de estudo-, suporte da honestidade científica presente nos julgamentos morais na narrativa histórica.

Elisabeth D. Ermarth, entende, por seu lado, que a *post*-modernidade atacou os fundamentos da história, colocando em causa os métodos herdados da modernidade. No seu entender é fundamental que a história dê uma resposta adequada, centrada em três vertentes essenciais:

- no entendimento de que a história detém uma função cultural, de algum modo, no sentido que lhe era conferido enquanto processo representativo e característico da modernidade, a que nos referimos inicialmente;
- na definição dos limites da *post*-modernidade e das respectivas mudanças, e
- no desenvolvimento de um esforço experimental no sentido de aproveitar as possibilidades abertas pela mudança de paradigma *post*-moderno, admitindo usos alternativos do passado[11].

Estas três abordagens apontam para as vantagens do conhecimento histórico na actualidade, postulando uma visão da história da humanidade e da espécie humana centrada na ideia da existência de uma variedade de culturas, com a respectiva evolução histórica, que é necessário respeitar. Na verdade, esta perspectiva aponta para um novo conceito de historicismo que, no entender de Jörn Rüsen, pode ser desenvolvido no sentido de abraçar uma historiografia que responda aos desafios da globalização no respeito pelas diferenças culturais (multiculturalidade) [12], pondo termo a concepções de história etnocêntricas. Neste sentido, a actual história deve promover o uso de métodos de avaliação equitativos, valorizar o conceito de desenvolvimento que remete para contingência e descontinuidade (em vez do conceito de progresso) e adoptar meios de aproximação policêntrica em relação às experiências históricas. Esta é para o autor uma forma de ultrapassar o problema etnocêntrico. Por conseguinte, o trabalho do historiador é o de contribuir de forma consistente para uma nova cultura de reconhecimento, e é esta cultura que deve nortear todos os trabalhos académicos da área das ciências humanas, em geral, e dos estudos históricos, em particular, desde inícios do século XXI.

De outro lado, Peter Lee, professor de educação histórica da Universidade de Londres, salienta que “*Existe mais na história do que o conhecimento de lembranças de eventos passados, mas nem sempre há concordância sobre o que esse “mais” deveria ser...*”[13]. Este autor refere-se à necessidade de promover junto das camadas mais jovens aquilo que ele designa de «literacia histórica», um conceito muito próximo do de

consciência histórica. A literacia histórica assenta na ideia de que as estruturas históricas do passado podem e devem ser aproveitadas para facilitar a assimilação dos novos eventos e processos.

Não obstante o entendimento dos profissionais de *Clio*, incluindo a comunidade de investigadores, os filósofos da história (sem contar com os sectores mais radicais da corrente *post-modernista*) e a opinião avalizada dos professores da disciplina [14], a história parece surgir aos olhos da maioria (incluindo o público leigo) como uma actividade inútil e desinteressante [15], e para tantos outros, como uma actividade de entretenimento[16]. O aproveitamento lúdico da História, e da História da Idade Média em particular, encarando-a sobretudo como uma actividade folclórica, surgindo de forma caricatural, bizarra e idealizada dando origem a uma espécie de “medievalgia”[17]. Esta ideia da história convive, não raras vezes, com o desejo de retorno a um tempo perdido, de algum modo idealizado[18], frente à desordem dos novos tempos[19]. O uso do passado medieval está patente na produção de eventos de variável impacto junto do público menos informado. Sinais desta tendência para a recriação e simulação da memória medieval podem ver-se, designadamente no ‘fenómeno’ feiras medievais, no marketing promocional de uma cidade através do seu castelo, no discurso político que evoca “o notável” passado medieval, na indústria editorial e do livro - a ficção histórica está na moda, e a idealização dos heróis medievais também ...-; estas e outras manifestações utilitaristas da sociedade pós-industrial, consciente ou inconscientemente, limitam e distorcem, não raras vezes, a importância pública do trabalho do historiador e não garantem um crescendo do interesse e reconhecimento do período medieval. Do nosso ponto de vista, o estudo da Idade Média e da história em geral, deveria ser promovido como uma espécie de laboratório importante à compreensão dos ritmos de mudança das sociedades, acautelando simplificações abusivas. Nesta mesma perspectiva, Jörn Rüsen defende a teoria de que o enraizamento do pensamento histórico no mundo permite que as narrativas históricas actuem como elementos de orientação cultural da vida [20].

1.1. História, cidadania e alteridade

Consciente que estamos das exigências das sociedades democráticas actuais, que promovem os princípios de tolerância e pluralismo, consideramos que o conhecimento

histórico é um componente essencial à formação cultural e social do indivíduo [21], na medida em que o principal objecto da História é a explicação das alterações das sociedades humanas no tempo, respeitando os seus valores e memória. Neste sentido a História é um saber com um inegável propósito público.

Por tudo isto interessa-nos pois perceber em que medida a alteridade e a cidadania podem ser valorizadas pela história (paradigma gnosiológico) como disciplina escolar e académica; ou seja, em que dimensão a aprendizagem da história, uma ciência humana e social, pode constituir um componente na formação da cidadania.

A ideia actual de cidadania parece recuar à modernidade dos séculos XVIII/XIX, um período em que a história e a cidadania caminharam no sentido da conjugação dos direitos universais doutrinariamente consagrados com o espaço territorial da nação, fazendo deles depender os princípios de igualdade e de liberdade perante a lei. Ao abrigo desta perspectiva a ligação do conceito de cidadania aos direitos de participação política surge pois como uma criação dos tempos modernos [22].

A nossa perspectiva está essencialmente vinculada a uma concepção da cidadania como disposição social (cidadania social) e não apenas ao âmbito político do termo (uma ideia herdada da Antiguidade grego-romana e reclamada em tempos posteriores), partindo do princípio de que todos os homens são iguais em direitos mas diferentes cultural, religiosa e socialmente. É um artifício querer reduzir as sociedades humanas a uma igualdade total, essa é uma ideia que resulta do domínio cultural do Ocidente.

Para a consolidação dos princípios de tolerância e pluralismo, os dois eixos da cidadania, enquanto conquista doutrinária das democracias contemporâneas, o princípio da alteridade, valoriza a capacidade de conviver com o diferente, com o múltiplo, aceitando-o. Por conseguinte, a alteridade gera tolerância, porque permite perceber o universo de relações sociais e culturais num determinado espaço e numa determinada situação[23]. A modernidade fundada nos séculos XV-XVI assenta em realidades e obstáculos que emergiram do ‘confronto’ de civilizações e culturas, algumas das quais persistem nos nossos dias, ainda que em contexto histórico distinto. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, “*Os descobrimentos construíram a humanidade*”[24]. A alteridade procede de uma construção histórica [25], socialmente situada, através da qual os indivíduos afinam posições e definem estatutos (diferenças sociais e políticas).

O processo alteritário é uma fonte de construção identitária bastante fértil, podendo conduzir à aceitação ou à rejeição social (incompreensão).

Muito recentemente o conceito de cidadania global veio juntar-se às anteriores noções remetendo desta feita para uma ideia que suprime a tradicional distinção das raças e espaços sócio-culturais europeus e extra-europeus (alteridade cultural), procurando deste modo questionar o “paradigma étnico” novecentista assente no pressuposto da existência de comunidades de origem e de cultura homogénea na Europa[26], por oposição às comunidades em vias de desenvolvimento fora do contexto europeu [27]. O preconceito etnocêntrico / eurocêntrico parece estar cientificamente ultrapassado para a maioria dos pensadores na actualidade [28]. A alteridade cultural surge assim ligada à equidade e à igualdade de direitos, bem como à ‘experiência’ da cidadania diferenciada. Neste âmbito, o conhecimento histórico constitui um complemento à formação da cidadania, quando procede ao estudo das acções dos indivíduos e de grupos em sociedades geográfica e temporalmente afastadas, buscando o respectivo significado [29]. A histórica é uma disciplina que visa a compreensão das múltiplas dimensões de expressão dos povos e culturas, por meio de uma análise metódica da dinâmica das sociedades susceptíveis de mudança, situando-as no tempo. A história, enquanto construção científica, evita julgamentos preconcebidos!

Derek Heater, estudioso da educação para a cidadania, realça as vantagens do conhecimento do passado histórico das comunidades ocidentais afirmando que “*Há mais de dois mil e quinhentos anos muitos pensadores políticos ocidentais acreditavam na possibilidade de um estado global ou de uma cidadania global e de que ambos eram não apenas desejáveis mas possíveis*” [30]. Deste modo, Derek considera que a ideia de “cidadania” tem uma história com significados e contextos distintos, e que por conseguinte, não é uma invenção dos séculos XVIII e XIX. Derek realça a importância da História na explicação dos princípios que fundamentam a organização das sociedades actuais e, nessa perspectiva, insiste na necessidade de conhecer a história do conceito e respectivas implicações. No seu entender, cumpre aos historiadores efectuar a história do conceito.

Tal como salientou, no âmbito da temática deste encontro, o historiador Patrick Geary, a propósito do paradigma nacionalista e étnico - um modelo pernicioso -, que constitui uma invenção histórica do século XIX e que impregna, na actualidade, alguns discursos

políticos sobre identidade. Para P. Geary procedeu-se a uma distorção histórica, assente na ideia de que cada um dos povos na actual Europa tem por adquirido num passado longínquo um território com fronteiras definidas e uma identidade cultural e linguística intocável. No seu livro *O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo*[31], Geary relança a questão da «identidade nacional» ao proceder à evocação das raízes medievais da Europa; uma Europa em constante reestruturação, em razão da guerra, migrações e conquista, fenómenos que nos nossos dias são suficientemente conhecidos, muito embora em contextos e com significados diversos dos do passado.

Partindo da análise da actual realidade política, de forma correspondente se coloca Jean-François Bayard, especialista em relações internacionais e ciência política, quando, a respeito da actual posição do Ocidente relativamente ao mundo extra-ocidental, questiona a existência de identidades naturais, dizendo que o choque de civilizações não é inevitável, e que a actual reivindicação de identidades culturais homogéneas pelas alas mais conservadoras na Europa, tal como as que são defendidas por alguns sectores de tendência culturalista contemporâneos, constituem aquilo que ele designa de “*ilusão identitária*”. A tendência, segundo Bayard, é para se cair na ilusão de que a uma “*identidade cultural*” corresponde uma “*identidade política*”[32].

Por conseguinte, não é de estranhar que exista significativa controvérsia em torno dos conceitos de “nacionalismo”, “cidadania”, “alteridade” e “identidade”[33]; e que os usos indiscriminados que deles se fazem causem uma enorme confusão junto do público leigo. É necessário que tenhamos em devida conta de que se trata de um conjunto de conceitos de enorme complexidade e interligados, com uma carga semântica não negligenciável. Daí que toda e qualquer aproximação e juízo crítico que a tais conceitos se faça devam contemplar a historicidade respectiva. Estas noções têm um passado bem mais remoto do que à partida poderíamos pensar, não obstante a evolução semântica e a amplitude crescente de aplicações que possam ter vindo a adquirir nos tempos modernos (sobretudo de finais do século XVIII em diante) e contemporâneos.

1.2. Para que serve a História na actualidade?

Nunca será demais realçar a relação entre os saberes escolares (os “mundos” de que nos fala a disciplina de História) e as experiências pessoais e sociais dos discentes [34],

aspectos não negligenciáveis na construção do processo identitário para que remetem as condições de acção do indivíduo na modernidade.

De acordo com o sociólogo Jean-Claude Kaufmann, na sociedade actual, a modernidade «*enjoint d'individu à définir lui-même sa propre identité. Et elle lui demande en même temps d'effectuer une multiplicité de choix pratiques, de réfléchir avant d'agir*» [35]. Dito de outro modo, identidade implica acção.

A escola é um meio privilegiado de formação de identidades colectivas, condição necessária à aceitação de um espaço de deliberação comum, indispensável ao funcionamento das democracias contemporâneas. Os saberes escolares são um modo particular de socializar e edificar uma cultura de respeito. As ciências históricas e as demais ciências humanas ao estudarem as sociedades passadas e presentes [36], constituem o *pivot* de edificação desse dispositivo.

A matriz disciplinar das ciências históricas impõem um método particular de exercício profissional que implica o recurso a técnicas específicas, noções operativas e formas expressivas apropriadas que constituem competências importantes na sociedade da informação e do conhecimento. Aliás, não será de todo despropositado reflectir sobre as ferramentas intelectuais (hoje ditas competências) que a História, como disciplina instrutiva pode facultar na seriação e utilização da informação [37], bem como na experiência do conhecimento procurando ir de encontro a algumas práticas cívicas e (neo)tecnicistas do cidadão actual.

A História é a disciplina que por tradição [38], e por imperativos ligados à prática quotidiana do ofício de historiador, mais se tem preocupado com o aperfeiçoamento dos métodos de análise crítica dos *documentos*, sejam eles textuais (manuscritos, impressos e digitais), ou não textuais (gráficos, iconográficos, audiovisuais, materiais, etc) [39]. Deste ponto de vista, é importante salientar as vantagens do *ensino do fazer história* na aprendizagem dos métodos de observação crítica do *documento como fonte*, um recurso essencial, não apenas na captação do seu significado [40] e sentido [41], como também na determinação do respectivo valor intrínseco de prova (sanção de credibilidade) [42]. A utilização de documentos como fonte é uma competência que pode ser promovida de acordo com exercícios metodológicos específicos do ofício de historiador [43]. Trata-se de uma tarefa hermenêutica e de avaliação formativa que pensamos fundamental nos dias que correm dada a explosão documental a que assistimos.

Por conseguinte, importa reflectir sobre o papel que a História pode exercer na aprendizagem dos critérios de abordagem do *documento como recurso passível de uso diário* frente à manipulação da informação que existe actualmente nos meios de comunicação de massas e na vida política actual. Os historiadores estão em boas condições de explicar os meios de avaliar a credibilidade e a fiabilidade dos diferentes tipos de fonte de conhecimento e de informação social, tendo em conta, entre outros vectores, a crítica de proveniência [44]. Pensamos que na actual sociedade da informação e do conhecimento a aquisição de uma cultura histórica é, sob estes pontos de vista, manifestamente vantajosa.

Sintetizando as principais ideias desta primeira parte, podemos concluir que o desenvolvimento de uma consciência histórica, hoje também designada de *literacia histórica*, surge como essencial não apenas em ordem à relativização de ideias preconcebidas, como também à constituição de um sentido geral da vida humana sustentada na experiência do tempo [45].

II Parte – O medievalismo como fenómeno ocidental europeu

O medievalismo é um fenómeno ocidental europeu. Subestimá-lo, negligenciá-lo ou ultrapassá-lo é tentar querer fazer crer que as sociedades contemporâneas nada têm que ver com ele; é pretender apagar memórias e determinar a ausência de heranças. E isto não obstante sabermos que a sociedade contemporânea é essencialmente diversa da sociedade medieval[46] Como adianta Joseph Morsel “*Quiconque prétend étudier l’histoire doit admettre que l’histoire du Moyen Age en fait indissolublement partie, sous peine de ruiner les fondements mêmes de l’Histoire (...) la connaissance su Moyen Âge est indispensable pour une bonne compréhension des enjeux sociaux actuels.*”[47].

Assim, a primeira questão que lançámos nesta segunda parte reporta-se ao valor semântico do conceito de Idade Média. O actual conceito de idade Média não se coaduna com os limites cronológicos impostos pelos homens da época Moderna. Recentes estudos têm chamado a atenção para os perigos das classificações «*tout court*», estabelecidas a partir de representações sociais de época e de preconceitos culturais. Desde os anos 70/80 do século passado que a análise das determinações epistemológicas e as temáticas de estudo alertam para os sistemas simbólicos de referência universalmente consagrados à Idade Média considerando que elas são o

produto de uma história. A Idade Média tem a sua historicidade. Alain Guerreau considera que a Idade Média e o período cronológico que lhe é habitualmente consignado (séculos V-XV) são uma invenção da época moderna e a elaboração conceptual resultou de conflitos ideológicos que ocuparam os debates depois das Luzes. Neste sentido, alguns autores procederam à *desconstrução* da noção convencional de Idade Média defendendo um alargamento do período medieval europeu, do século IV à era industrial e à emergência da ideologia liberal (século XVIII). Alain Guerreau, Jacques Le Goff [48] e mais recentemente Joseph Morsel, apontam para a ideia de existência de uma «longa Idade Média», circunstância que nos pode levar a pensar no valor heurístico da expressão – *longa Idade Média* [49] – e, por inerência, no próprio conceito de «Idade Média». A Idade Média é um conceito que exige uma reflexão amadurecida que indicie os caminhos e as possibilidades de torná-la mais apelativa e empiricamente aproveitável no sentido de dar resposta a algumas das principais questões que actualmente se colocam ao profissional de *Clio*, de entre as quais destacamos: a dificuldade que actualmente existe no *fazer história*, entre uma escala «micro» e/ou uma escala «macro»; a necessidade de desenvolvimento de estudos que tenham por fim uma visão ampla do período medieval, encarando-o como um sistema social representativo do conjunto (se bem que múltiplo, complexo e variado). Do nosso ponto de vista, a interpretação dos fenómenos históricos deve privilegiar a aplicação de modelos de análise que remetam para uma visão do conjunto (de pendor *braudeliano*), no sentido de fazer compreender qual a função dos casos concretos analisados no funcionamento geral da sociedade medieval. Esta relação dialéctica entre a parte e o todo é fundamental, tanto mais que o ensino actual propende para uma excessiva especialização e dispersão temática colocando de lado as perspectivas de longa duração, não respeitando o enquadramento e as perspectivas do desenvolvimento das sociedades no tempo. No ensino, mormente na instrução pré-universitária, o passado conhecido, por vezes é analisado como um conjunto fragmentos da história acumulados, raramente relacionados de forma inteligível para o aprendiz e o público leigo. A história medieval é a ciência da evolução da Europa medieval, e os limites cronológicos Idade Média / Idade Moderna / Época Contemporânea dependem de mudanças profundas (rupturas) ocorridas nos sistemas sociais no tempo. É fundamental apreender o significado dos diferentes ritmos de evolução e de transformação da sociedade ocidental.

Um segundo aspecto que tende a acentuar-se nos últimos tempos tem uma relação directa com a primeira ideia que lançámos – a questão da complexidade e riqueza temática da Idade Média europeia. Na verdade, um conjunto de temas e problemas que outrora marcavam um momento de ruptura Idade Média / Renascença, ou Idade Média / Época Moderna, v.g.: os fundamentos da modernidade monárquica[50], a razão de Estado, a génese do Estado moderno, a questão da identidade nacional, os golpes de Estado [51] e o *pactismo* como fenómeno pré-moderno, emergente nas sociedades e culturas políticas tardo-medievais[52]; os movimentos de cariz religioso e linguístico e/ou os fenómenos interculturais; o capitalismo mundial (mercantilismo) e o pioneirismo europeu (português) no desenvolvimento do sistema mundial globalizado[53]; o feudalismo e a persistência das relações de dependência (a economia agrária) até à era industrial [54], entre outros, a relação de temas e problemas não é exaustiva, têm sido objecto de análises que indiciam um conjunto vasto de ligações complexas, mas fundamentais à compreensão da passagem da sociedade medieval à sociedade contemporânea.

Este facto, por si só, coloca a questão da pertinência do ensino da história medieval da Europa, se bem que a cultura dominante no ocidente (herdeira, de algum modo, de uma corrente ideológica e filosófica oitocentista), que fez acreditar na ideia de progresso que induziu à formação do preconceito de que tudo o que é contemporâneo é superiormente evoluído e desenvolvido, independentemente do ângulo de abordagem e do contexto.

Deste ponto de vista, o desinteresse e a desatenção em relação à Idade Média apaga pelo menos dez séculos do passado europeu (sécs. V-XV), fazendo crer que a Antiguidade Clássica está mais próxima do ponto de vista cultural da nossa era do que o período medieval. Esta é, em nosso entender, mais uma ilusão acalentada por algumas correntes do pensamento político e cultural contemporâneo. A Idade Média europeia rejeitada corresponde a um interregno cultural bastante dilatado. Esta rejeição concebe-se como uma ilusão, tanto mais que cria a ideia de que a sociedade europeia ocidental sofreu um eclipse civilizacional entre os séculos V-XV, pelo menos. Por tudo isto, é indispensável explicar que a Idade Média faz parte do nosso património cultural e do nosso imaginário.

Notas:

[*] Este texto foi apresentado no V Seminário do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, realizado nos dias 17 e 18 de Setembro de 2008, subordinado ao tema: *O Medievalismo Hoje: estado da questão e desafios*.

[1] Três pensadores da filosofia da história europeia nos séculos XVIII e XIX: I. Kant, W. Dilthey e F. Nietzsche, reconheceram a validade do conhecimento histórico no processo de decisão individual (liberdade e cidadania), ainda que defendam teses distintas. Kant admite a importância prática da história na formação do processo individual de decisão. O homem como autor da sua história, dotado de razão, uma característica eminentemente humana. Na história universal, a liberdade e a moral são os motores do cosmopolitismo (hoje diríamos “comunidade política”), o antídoto da barbárie. A questão da cidadania está presente quando Kant se refere à forma de governo da república que respeita a “(...) *liberté de penser tout en respectant la liberté garantie par les lois et s'appuyant sur elle*” (Gérard Raullet, *Kant: Histoire et citoyenneté*, Paris, PUF, 1996, p. 53 e ss.). W. Dilthey fundou as «ciências do espírito», baseadas na compreensão dos fenómenos humanos. Para Dilthey as «ciências do espírito» procuram esclarecer o que é único e que tem múltiplas causas, distinguindo-se das «ciências exactas» cujo objectivo é estabelecer relações constantes entre os fenómenos observáveis (Wilhelm Dilthey, *Teoria das Concepções do Mundo*, Lisboa, Edições 70, 1992). A tese de Nietzsche, no que respeita à importância da história na formação do indivíduo, é ambígua. Por um lado, a história pode exercer um papel positivo na medida em que a influência dos grandes feitos dos protagonistas do passado podem constituir um exemplo e um incentivo ao empreendimento de grandes obras no presente, por outro a utilização inadvertida do conhecimento do passado grandioso e monumental pode condicionar a acção do presente e hipotecar o futuro. A discordância entre passado glorioso e presente medíocre. Nietzsche, para além de abordar a questão dos malefícios e benefícios decorrentes do uso do conhecimento histórico, ataca a história como disciplina académica, considerando-a uma arte, pondo em questão a objectividade do conhecimento histórico. Em paralelo, é de realçar a corrente *historicista* e romântica do século XIX, herdeira do idealismo de Hegel e de Marx, que assenta na ideia de que existem leis gerais do devir histórico tal como as leis físicas. A

história radica na tentativa de compreender a existência do homem e do mundo como resultante de uma ordem providencial sobre a terra (destino histórico). Trata-se do problema da existência de leis imanentes na história, a história faz o homem e não o inverso. Sobre a refutação da metodologia *historicista* ver por todos Karl Popper, *A pobreza do Historicismo*, Lisboa, Esfera do Caos, 2007 (a 1ª edição é de 1977).

[2] Alguns medievistas têm manifestado grande preocupação em relação à desvalorização actual do papel da história e das ciências humanas em geral. Alain Guerreau produziu no ano de 2001 um autêntico manifesto sob o título premonitório *L'avenir d'un passe incertain. Quelle histoire du Moyen Age au XXIe siècle ?*, Paris, Seuil. Um pouco mais tarde Joseph Morsel publica na Internet uma obra em que denuncia a progressiva desacreditação do passado medieval da Europa e dos seus usos e manipulação ideológica com fins mediáticos. Daí que o Autor conclua: «*L'Histoire (du Moyen Age) est un sport de combat, parce l'Histoire (...) est menacée par la posture utilitariste dominante de notre société*» (*L'Histoire (du Moyen Age) est un sport de combat. Réflexions sur les finalités de l'Histoire du Moyen Age destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'Histoire s'interrogent*, disponível em: lamop.univ-paris1.fr/W3/JosephMorsel/index.htm).

[3] A memória oficial distingue-se da memória social, tema que foi abordado pelo painel que teve por objecto de análise do uso do passado medieval nos séculos XIX e XX, da responsabilidade de: Armando Luís de Carvalho Homem (FL-Universidade do Porto), Fernando Catroga (FL-Universidade de Coimbra) e Hermenegildo Fernandes (FL-Universidade de Lisboa).

[4] Neste linha de ideias pode ver-se Hayden White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1975.

[5] Guy Bourdé e Hervé Martin, *As Escolas Históricas*, Mem Martins, Europa-América, 2003.

[6] Sobre as mais recentes polémicas em torno do actual papel da história e do historiador pode ver-se Judite A. Gonçalves de Freitas, “Ser Historiador e Cidadão hoje”, in *Actas do Congresso Internacional Cidadanias: discursos e práticas*, ed. Teresa Toldy *et al.*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007, pp. 577-598 CD-ROM, DP 267794/07.

[7] Jörn Rüsen, *History: Narration, interpretation, orientation (Making sense of History)*, Oxford, Berghahn Books, 2005, p. 11.

[8] Sobre os componentes da consciência histórica pode ver-se Jörn Rüsen para quem a educação histórica é fundamental ao desenvolvimento das capacidades de assimilação e compreensão dos novos eventos e processos, tanto no passado como no futuro, assentes em conceitos-chave: significado, interpretação e mudança (J. Rüsen, “Experience, interpretation, orientation: three dimensions of historical learning”, in P. Duvenage (ed.), *Studies in metahistory*, Pretoria, Human Science Research Council, 1993).

[9] Jörn Rüsen, *History: Narration, interpretation, orientation...*, p. 2.

[10] “Historians and their duties”, in *History and Theory*, vol. 43, nº 4, 2004, pp. 103-117. Do mesmo autor, pode ver-se *Historical Judgement: The Limits of Historiographical Choice*, McGill-Queen's University Press, 2008.

[11] Elisabeth D. Ermarth, “Ethics and Method”, in *History and Theory*, vol. 43, nº 4, 2004, pp. 61-83.

[12] Jörn Rüsen, “How to Overcome Ethnocentrism: approaches to a Culture of Recognition by History in the Twenty-First Century?”, in *History and Theory*, vol. 43, nº 4, 2004, pp. 118-129.

[13] Ver por todos Peter Lee, *Towards a concept of historical literacy*, disponível em: www.centres.ex.ac.uk/historyresource/journal9/papers/lee.pdf, p. 133.

[14] Peter Lee, *Towards a concept of historical literacy*, p. 134. e do mesmo autor ver também *Historical literacy: theory and research*, disponível em: www.heirnet.org/2004conference/papers/Lee.doc.

[15] François Audigier e Philippe Haerberli, “Des Élèves, des images, de l’Histoire, de la Géographie, de la Citoyenneté”, disponível em: http://www.caen.iufm.fr/skel/html/fformateur/0405/actes_jedhg/fichiers/audigier_haerberli.pdf.

[16] Marc Bloch, nos anos 40, reservava à história um papel social importantíssimo ao referir “*Mesmo que julgássemos a história incapaz de outros serviços, seria certamente possível alegar em seu favor que ela distrai*”, dá prazer, diverte. (*Introdução à História. Edição revista, aumentada e criticada por Etienne Bloch*, Mem Martins, Europa-

América, 1997, p. 77). Ver também Joseph Morsel, *L'Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat...Réflexions sur les finalités de l'Histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'Histoire s'interrogent*, disponível em: lamop.univ-paris1.fr/W3/JosephMorsel/index.htm.

[17] Joseph Morsel refere este termo como que reportando-se a uma patologia social do Ocidente (*L'Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat...*, p. 58-59).

[18] Alain Guerreau e Joseph Morsel *et al.* têm chamado a atenção para a complexidade do problema e para os diferentes usos da História e do passado medieval.

[19] A relação que o público leigo e a intelectualidade têm com o passado medieval é ambígua, desde meados do século XIX: para uns o período medieval é visto como um tempo perdido que é necessário reencontrar e valorizar, para outros o passado medieval não passa de uma época de obscurantismo e barbárie. Na primeira perspectiva inserem-se também todos os que desejam o retorno a um passado, por vezes mitificado. Sobre o assunto ver por todos Joseph Morsel, “La nostalgie actuelle du Moyen Age. Un signe historique?”, in *L'Histoire du Moyen Age un sport de combat...*, pp. 54-62. Na segunda perspectiva devemos salientar a ideia subjacente ao ensaio do economista político Alain Minc, *Le nouveau Moyen Age*, Paris, Folio Actuel, 1994. A. Minc procede a uma abordagem comparativa entre os tempos medievais e os tempos pós-industriais que colocaram termo ao optimismo histórico fundado na ideia de “progresso” das sociedades ocidentais e na ordem garantida pela Guerra-fria. O autor compara os tempos pós-modernos a uma «nova Idade Média», onde predominam a desordem, os confrontos político-militares, a ausência de Estado e a insegurança geral. Para Minc que estamos perante um ciclo de retrocesso da história.

[20] Segundo J. Rüsen, o conhecimento do passado humano assenta numa objectividade tripartida. Em primeiro lugar, numa *orientação fundamentada* - as histórias para que sejam pertinentes têm que ser fundamentadas em pesquisas; em segundo lugar, numa *orientação de consenso* - o conhecimento histórico está sujeito a normas de procedimento racionais conferindo significado às experiências reconstruídas e, finalmente num terceiro plano, numa *orientação construtiva* - toda a narrativa histórica implica sentido. Rüsen com esta ideia de tripla objectividade do conhecimento histórico justifica a possibilidade de este constituir um complemento essencial à edificação de

consensos. O Autor defende que o diálogo das diferenças fica particularmente facilitado se tiver por base argumentos edificados segundo os métodos usuais da análise histórica.

[21] Derek Heater, *History of education for citizenship*, 2ª ed., London, Taylor & Francis, 2007 (a 1ª edição é de 2003).

[22] T. S. Marschall, *Citizenship and Social Class*, Cambridge, Cambridge University Press, 1965 (a 1ª edição é de 1950).

[23] Sobre a descoberta da “alteridade” veja-se sobretudo Vitorino Magalhães Godinho, *O papel de Portugal nos séculos XV e XVI. O que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*, Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, D. L., 1994.

[24] Vitorino Magalhães Godinho, “Entre mito e utopia: os descobrimientos, construção e invenção da humanidade nos séculos XV e XVI”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, Jul.-Dez. (1983), p. 35. Neste artigo o Autor aborda a questão da passagem dos mitos às utopias no contexto das descobertas ultramarinas quatrocentistas e quinhentistas. Alertando para a questão da reciprocidade de perspectivas, considera a observação e representação simbólica do “outro” - o selvagem. Sobre o assunto também pode ver-se um interessante artigo do antropólogo Klaas Woortmann, com o título elucidativo: “O selvagem na *Gesta Dei*. História e Alteridade no Pensamento Medieval” (Disponível em: www.unb.br/ics/dan/Serie292empdf.pdf). Woortmann salienta a dificuldade do pensamento medieval em lidar com a alteridade. Época em que predominava a visão teológica da história da humanidade e da cadeia do ser: homem natural e homem moral, sendo excluído o homem selvagem (o sub-humano).

[25] Vitorino Magalhães Godinho, “Entre mito e utopia: os descobrimientos...”, pp. 1-43.

[26] *Descolonizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, org. de Manuela Ribeiro Sanches, Lisboa, Cotovia, 2005. O destaque vai para dois artigos: Nicholas Thomas, “Cultura e Poder: Teorias do discurso Colonial”, pp. 167-208; e Johannes Fabian, “O tempo e a Escrita sobre o outro”, pp. 63-100.

[27] Esta perspectiva obedeceu a um modelo histórico de avaliação das sociedades, assente nos progressos técnico-científicos, que vigorou mormente durante os séculos XVIII e XIX, mas que projectou certos vestígios no século XX.

[28] W. Kaschuba questiona o paradigma étnico divulgado durante os séculos XIX e XX com intuítos ideológicos, designadamente na Alemanha, problematizando os problemas da etnografia actual (*Identité, altérité et mythe ethnique*, Paris, PUF, 1997).

[29] James Arthur; Ian Davies; David Kerr; Andrew Wrenn, *Citizenship through secondary History*, London, Rutledge, 2001. Os autores demonstram como os conteúdos curriculares da História ao nível do ensino secundário podem contribuir para a educação da cidadania.

[30] Derek Heater, *World Citizenship and Government: Cosmopolitan ideas in the History of the Western Political Thought*, New York: St. Martin's Press, 1996, p. IX. Neste livro, D. Heater procede a uma análise histórica das ideias políticas de “Estado”, “cidadania” e “cosmopolitismo”, na tradição do pensamento político ocidental europeu.

[31] Lisboa: Gradiva, 2008 (tradução). No título original: *The Myth of Nations. Medieval Origins of Europe*, Princeton/New Jersey, Princeton University Press, 2003.

[32] Jean-François Bayard, *L'Illusion Identitaire*, Paris, Fayard, 1996.

[33] Manter-nos-emos longe das discussões em torno destes conceitos, até porque esse não é o intento do nosso trabalho. O que nos interessa é realçar as possibilidades de ligação entre a História, como saber construído, a “alteridade”, enquanto prática que remete para a ideia de diferença e de complementaridade, sem sobreposição ou destruição, e a “cidadania”, enquanto virtude social e cívica, como condição de fortalecimento da actual forma política ocidental - a democracia.

[34] Sobre a actual função social da História ver por todos José Mattoso, “O ensino”, in *A escrita da História. Obras Completas José Mattoso*, vol. 10, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2002, pp. 61-99. O texto foi apresentado sob o título “A função social da História no mundo de hoje”, na abertura do ano académico de 1998-1999 e posteriormente publicado pela Associação de Professores de História, Lisboa, 1999.

[35] *L'invention de soi. Une théorie de l'identité*, Paris, Pluriel, 2004. Do mesmo autor pode ver-se *Ego, Pour une sociologie de l'individu*, Paris, Pluriel, 2007, em que o autor defende uma inovadora visão da construção do sujeito.

[36] Pierre Bourdieu, *Para uma sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70, 2004.

[37] Actualmente “Informação” é um conceito que remete para um fenómeno humano e social.

[38] A História é uma ciência documental na medida em que estuda os vestígios documentais do passado humano. Um documento é informação registada num suporte (material ou tecnológico) e constitui um elemento cultura.

[39] Não nos referimos unicamente aos documentos manuscritos ou de arquivo, mas a documento no sentido hodierno do termo, entendido como qualquer suporte que regista informação.

[40] Os historiadores são tradutores de conceitos, visto que o significado de um qualquer conceito pode variar ao longo do tempo. Compete ao historiador explicar o significado dos conceitos, contextualizando-os.

[41] Como refere Alain Guerreau :“(..) *tout le texte médiéval a un sens, et s’il nous semble incompréhensible (...) c’est uniquement parce que nous ne disposons pas de la grille appropriée et des méthodes de lecture adéquates; (...) ici l’expérience anthropologique de l’altérité peut avoir son plein effet, car l’observation de cohérences autres que celles de la société européenne contemporaine peut constituer un point de départ déterminant dans l’effort de reconstruction du sens des énoncés médiévaux*” (*L’avenir d’un passé incertain...*, pp. 263-264).

[42] Os documentos quanto ao conteúdo distinguem-se em primários, secundários e terciários.

[43] Envolve um trabalho rigoroso de avaliação do interesse e possíveis usos do documento. Os procedimentos de crítica documental podem ver-se nomeadamente em Pierre Sally *et al.*, *Le commentaire de documents en Histoire*, Paris, Armand Colin, 2002.

[44] Os historiadores fazem do *documento* a matéria-prima das suas práticas quotidianas, por conseguinte é natural que estejam em boas condições de explicar o respectivo uso como instrumento pedagógico, evidenciando a importância de o cotejar com outros.

[45] A História comporta a análise de acontecimentos tais como ascensão, queda, nascimento, morte, juventude, velhice, i.e. implica contingência.

[46] Ver por todos Alain Guerreau, *L'avenir d'un passe incertain. Quelle histoire du Moyen Age au XXIe siècle ?*, Paris, Seuil, p. 236 e ss.

[47] *L'Histoire du Moyen Age un sport de combat...*, p. 32.

[48] “Pour une long moyen age”, in *L'imaginaire médiéval*, Paris, Gallimard, 1985, pp. 19-24.

[49] Uma longa Idade Média, época de construção da civilização europeia ocidental.

[50] Neithard Bulst, Robert Descimon e Alain Guerreau, *L'État ou le Roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIVe-XVIIe siècles)*, Paris, Maison des sciences de l'homme, s/d.

[51] Ver por todos François Foronda, Jean-Philippe Genet e José Manuel Nieto Soria—*Coups d'État à la fin du Moyen Age ? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale*, Madrid, Casa de Velázquez, 2005.

[52] *El Pactismo en la historia de Espana*: Simposio celebrado los dias 24, 25 y 26 de abril de 1978 en el Instituto de Espana, Catedra Francisco de Vitoria. Mais recentemente pode ver-se um volume consignado ao estudo das formas de aliança política que precederam o aparecimento do contrato social rousseauriano. François Foronda e Ana Isabel Carrasco (dir.), *Du contrat d'alliance au contrat politique. Cultures et sociétés politiques dans la Péninsule Ibérique à la fin du Moyen Age*, Toulouse, Université de Toulouse, 2007.

[53] Jorge Nascimento Rodrigues e Tassaleno Devezas, *Portugal. O pioneiro da Globalização*, Lisboa, Centro Atlântico, 2007. Nesta obra os autores analisam os ciclos das descobertas portuguesas, iniciados no ano de 1420, prolongando-se até finais do século XVI. Os portugueses surgem como os criadores do comércio *internacional*.

[54] Alain Guerreau, *Le Féodalisme : un horizon théorique*, Paris, Sycomore, 1980.